

Sob a liderança de Fábio Ursaia, SVP de Riscos Corporativos e Resseguros, empresa faz provocação ao mercado e aponta que maior ameaça não está nos danos físicos, mas na paralisação do fluxo de caixa e falhas de governança

O fantasma do El Niño volta a assombrar o cenário corporativo brasileiro no segundo semestre de 2026, com previsões de forte intensidade entre os meses de setembro e outubro. No entanto, o verdadeiro risco para as empresas não reside mais na imprevisibilidade do clima, mas sim na negligência corporativa, e as consequências. O alerta é da Alper Seguros, uma das principais consultorias de risco do país, que detecta uma "lacuna bilionária" de proteção no mercado nacional: executivos que protegem o patrimônio visível, mas deixam o fluxo de caixa e as cadeias de suprimentos completamente desprotegidos.

De acordo com Fábio Ursaia, Sr. VP de Riscos Corporativos e Resseguros da Alper Seguros, os eventos climáticos extremos — como enchentes devastadoras, secas prolongadas e ondas de calor — deixaram o campo das exceções extraordinárias para se tornarem parte da agenda permanente de gestão de riscos. Apesar do aumento da consciência, há um abismo em relação à preparação real das organizações.

"O mercado corporativo está evoluindo, mas em velocidades diferentes. O evento climático não é mais o risco. O risco está em continuar tratando como imprevisível algo que já sabemos que vai acontecer. A pergunta não deveria ser se a empresa sofrerá algum impacto climático relevante nos próximos anos, mas quão preparada ela estará quando isso ocorrer", provoca Fábio Ursaia.



Fábio Ursaia, Sr. VP de Riscos Corporativos e Resseguros da Alper Seguros

Lacuna bilionária: o erro de proteger apenas o tijolo

Um dos maiores gargalos identificados pela Alper nas apólices brasileiras é a desconexão entre o que o empresário acha que contratou e o que efetivamente está coberto. Em cenários de sinistros climáticos severos, a interrupção da atividade costuma gerar perdas financeiras muito superiores ao dano físico inicial. Estruturas físicas frequentemente sobrevivem ao impacto, mas o fluxo de caixa, não.

"Talvez a maior lacuna de proteção no Brasil não está necessariamente na ausência de seguros, mas no foco equivocado. Muitas organizações descobriram que podiam manter suas instalações intactas e, ainda assim, sofrer perdas significativas porque fornecedores, transportadores ou parceiros estratégicos ficaram impossibilitados de operar. No fim, empresas raramente quebram porque perderam um prédio. Elas quebram porque perderam receita durante tempo suficiente para comprometer sua liquidez", explica o executivo da Alper.

Para mitigar os impactos indiretos do El Niño, que afetam severamente as cadeias de suprimentos (supply chain) mesmo a milhares de quilômetros de distância, a Alper Seguros destaca o papel vital de coberturas integradas, como Lucros Cessantes por Danos Materiais e Interrupção de Negócios (Business Interruption).

Paradoxo regional e a blindagem multirregional

O desenho de proteção ganha contornos ainda mais complexos no Brasil devido ao paradoxo geográfico provocado pelo El Niño, que simultaneamente gera chuvas e enchentes severas na Região Sul, seca extrema com risco de queimadas no Norte e Nordeste, e restrições no Centro-Oeste.

Para companhias com operações multirregionais, Ursaia adverte que o mercado deve abandonar a ideia de que existe uma única exposição climática para todo o país. O desenho da proteção

eficiente não deve começar pela apólice de prateleira, mas sim pelo mapeamento minucioso das vulnerabilidades de cada negócio.

"A construção da proteção deve partir do mapa de vulnerabilidades do negócio. É necessário entender onde estão os ativos críticos, quais unidades geram mais receita e quais fornecedores são indispensáveis. O objetivo não é proteger apenas estruturas físicas, mas preservar a capacidade da empresa de continuar produzindo, vendendo, entregando e gerando caixa, independentemente de qual região esteja sendo impactada", detalha o SVP.

Clima agora é teste de Governança e ESG

A negligência com os riscos meteorológicos escalou as estruturas corporativas e chegou aos Conselhos de Administração e posições de C-Level. Em um momento de forte pressão por governança climática global e cobranças por planos preventivos por órgãos reguladores e autoridades, a Alper avalia que a falta de um plano de contingência e de mecanismos adequados de transferência de risco já configura uma falha grave de ESG e de diligência dos administradores.

Com acesso a dados históricos, modelos preditivos e projeções científicas que não existiam no passado, executivos não podem mais se resguardar sob o argumento da "força maior".

"Estamos assistindo a uma mudança importante. Durante muito tempo, esse tema foi tratado como uma questão operacional ou ambiental. Hoje, ele é um tema de governança. Os eventos climáticos deixaram de ser apenas testes de infraestrutura; passaram a ser testes de governança. E, em um futuro não muito distante, é provável que a pergunta do mercado não seja apenas por que a empresa sofreu um impacto, mas o que ela fez para se preparar sabendo que esse impacto poderia ocorrer", conclui Fábio Ursaia.

Fonte: Alper/FSB, em 24.07.2026.